

MULHERES “INDÍGENAS” E OS MITOS DA “BOA PARIDEIRA”: PERFORMANCES DISCURSIVAS COLONIAIS ENTRE GÊNERO E ETNIA

Luana Fontel Souza ¹

RESUMO: Neste ensaio analiso o relato de parto de uma remanescente indígena da etnia Anambé cujo parto foi realizado em um hospital no interior do nordeste paraense. Através das ordens de indexicalidade mobilizadas em sua narrativa identifico as performances discursivas de gênero e etnia que comparecem para dizer sobre sua recepção no contexto hospitalar. Tomando a linguagem quando uma arena em que os sentidos e significados para a leitura dos contextos sociais são disputados, identifico como os discursos acerca da maternidade de mulheres de povos originários foi entextualizada de um contexto colonial à contemporaneidade, produzindo estereótipos que guiam a maneira com que são recebidas institucionalmente nos serviços públicos de saúde.

Palavras-chave: Relato de parto, maternidade, mulheres indígenas, discurso, indexicalidade.

Introdução

No Brasil, a imagem das mulheres “indígenas”² ainda é carregada de estereótipos ligados a maneira com que a história de seus povos se desenvolveu na sombra do colonialismo voraz e que imprimiu no imaginário “nacional” um deslugar para suas identidades étnicas, acrescidas de violências de gênero e de classe. Uma figura ligada a natureza, a nudez, a vida selvagem e pouco conhecimento do mundo complexo da civilização ainda é a imagem que desenha sua existência institucional e culturalmente (SACCHI, 2003) localizando-as tanto na periferia dos saberes e modos de vida hegemônicos quanto no centro da exotização, erotização e dos estereótipos sexuais ligados aos povos originários (SAMPAIO, 2015).

¹ Mestranda do Programa Interdisciplinar de Pós Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, fontelufrj@gmail.com

² Opto aqui pelo uso do termo ‘indígena’, única e exclusivamente para efeito de sinalizar a que populações me refiro de forma a situar o leitor mais rapidamente na temática do artigo. Contudo, sob a luz dos estudos contra-coloniais em que esse tipo de pesquisa se situa, temos preferido o termo “povos originários”, visto que “indígena” é um termo cunhado pelos colonizadores para nomear e assim homogeneizar todos os povos de Abya Yala. Por isso o uso do termo entre aspas.

Para compreender como as práticas de representação da mulher indígena produzem significados que guiam sua recepção no interior de contextos culturais, políticos e sociais, neste ensaio investigo o relato de parto de Jacy-ta-tã³ uma “remanescente”⁴ indígena da etnia Anambé residente na Praia Sarnambi, localizada entre os municípios de Bragança e Viseu, no litoral nordeste do estado do Pará. Nele investigo os processos de entextualização (BAUMAN E BRIGGS, 1990; BLOMMAERT, 2005; 2010) e as ordens indexicais (BLOMMAERT, 2010; MELO & MOITA LOPES, 2014) mobilizadas em sua performance discursiva (AUSTIN, 1962; BUTLER, 2003[1990]) ao narrar a recepção e dinâmica do contexto hospitalar onde foi realizado o parto de seu primeiro filho.

Os dados desta pesquisa foram produzidos durante minha etnografia para a dissertação de mestrado realizada no segundo semestre de 2018, onde entrevistei mulheres paraenses universitárias a fim de compreender os desafios de ser mãe e ainda permanecer ativa na academia, utilizando para essa reflexão os recortes de classe, raça e gênero propostos por feministas negras que tem a interseccionalidade como ferramenta para investigar as opressões experienciadas por mulheres racializadas (CRESHAW, 1994; GUIDROZ, KATHLEEN & BERGER, 2009; YUVAL-DAVIS, 2009). Esses recortes fizeram com que outras possibilidades de tratamento temático fossem surgindo, sendo a questão “indígena” uma delas.

Sob a luz de uma Linguística Aplicada INdisciplinar (MOITA LOPES, 2006) que considera a natureza política com que as pesquisas do campo social são atravessadas, utilizei para a produção de dados a entrevista compreensiva (KAUFMANN, 1996) como parte de uma metodologia etnográfica de pesquisa e escrita. A etnografia, quanto prática textual diversa e historicamente situada (CLIFFORD, 1986) possibilitou também uma reflexão sobre a pretensão neutralidade científica, que buscava uma “objetividade” esvaziada de subjetividade, conferindo as pesquisas de linha positivista através da história um ideal de higienização e distanciamento científico.

O foco das audições e diálogos foi o chamado “relato de parto” ou ainda “relato de experiência sobre o parto”, onde propus que as entrevistadas me contassem como o foi a dinâmica do dia em que deram a luz a suas crianças. Enquanto gênero textual, que são na perspectiva bakhtiniana “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2000, p.

³ Nome fictício.

⁴ Há uma crítica no movimento indígena acerca do termo que etimologicamente significa “que resta”, o que daria a entender não que sobreviveram, mas que estão prestes a acabar. Um artigo interessante é o de José Arruti “A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas” disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2439.pdf>

279) essas narrativas detêm uma alta variabilidade que decorre principalmente do contexto social, racial e geográfico em que cada mulher se inscreve. Isso leva a percepção de que os gêneros do discurso não são fixos ou detêm estruturas fechadas em si, e apesar de possuírem certa estabilidade “do ponto de vista do tema, do estilo e da organização composicional” (VIEIRA & YAMIN, 2016⁵) ainda sim são passíveis de processos contantes de transformação.

Discurso colonial e maternidade

O encontro das populações originárias brasileiras no início do século XVI, quando os portugueses atracaram nessas terras, “foi muitas vezes descrito como uma obra do acaso, algo quase acidental e fortuito, algo que, em termos de narrativa, contém sempre potencialmente uma ponta de ironia e *non sense*, terreno fértil para o exotismo” (OLIVEIRA, 2009⁶). Acerca desse contato, seja através de uma literatura antropológica superficial, seja de movimentos artísticos como o indianismo na literatura brasileira, seja dos livros infantis onde um sujeito ingênuo, puro, de uma sociedade pouco complexa aceitava espelhos em troca de ouro, foi sendo traçado discursivamente um percurso que levava a uma essencialização do sujeito “indígena” enquanto uma identidade. Esse essencialismo foi então sendo carregado pelos discursos através da contação da história do Brasil e desaguou no que hoje comumente se entende por “índio”.

Essa viagem textual (MOITA LOPES & FABRÍCIO, 2018) que vem do século XVI até a contemporaneidade, mantendo o sujeito indígena num lugar de subalternidade diante da “civilização” e dos saberes e modos de vida hegemônicos, é um exemplo do quanto projetos colonialistas de poder acabaram por projetar e fixar identidades “indígenas” através do discurso. Essa “viagem” é configurada pelo exercício contínuo com que textos são retirados de seus contextos de produção de origem e recontextualizados em outros tempos e espaços, ao que torna possível esse movimento Bauman e Briggs (1990) chamarão *entextualização* que compreende

o processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção lingüística em uma unidade – um texto – que pode ser extraído de seu cenário interacional. Um texto, então, nesta perspectiva, é discurso tornado passível de descontextualização. Entextualização pode

⁵ VIEIRA, J. & YAMIN, G. O papel do gênero relato de experiência no processo de ensino-aprendizagem de professoras em formação. XVIII ENDIPE Didática e Prática de Ensino no contexto político contemporâneo: cenas da Educação Brasileira, 2016.

⁶ OLIVEIRA, J. O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico, Anuário Antropológico 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/758>; DOI: 10.4000/aa.758

muito bem incorporar aspectos do contexto, de tal forma que o texto resultante carregue elementos da história de seu uso consigo.

Nesta perspectiva, sempre que um discurso acerca dos povos originários traz consigo os essencialismos fundados na invasão ao Brasil, ele atualiza o projeto colonialista que segue ditando como deve se dar a existência desses sujeitos, política, social e institucionalmente na contemporaneidade. A esse respeito a premissa trazida pela visada performativa dos estudos linguísticos (AUSTIN, 1962 [1990]; BUTLER 2003 [1990]; MOITA LOPES, 2006) que compreende a linguagem como “determinante na produção de nossos mundos sociais” (SENA FILHO, 2010), é importante para se refletir como esses discursos não apenas dizem sobre os sujeitos “indígenas”, mas compõem a interpretação de suas subjetividades no mundo institucionalizado da “civilização” e na História.

Dentro desse contexto, do que os livros didáticos chamaram durante muitas décadas de “Descobrimento do Brasil” (BELTRÃO & ZANETTI, 2006⁷), ao corpo feminino, além de sofrer os impactos culturais e existenciais também experienciados pelos sujeitos homens, era acrescido uma violência a mais, a de gênero (TUPINAMBÁ & TAPAJOWARA, 2019; KAINGANG 2012; POTIGUARA, 2002⁸). As questões ligadas ao corpo sempre foram muito caras a maneira com que as mulheres desenvolveram estratégias de resistência através da história. Sua interdição e disciplinarização sempre serviram às ideologias que o subjogavam diante de argumentos biologicistas e naturalizantes (FOUCAULT, 1987; BUTLER 1990 [2003]). Essa naturalização, pensando principalmente um país cujo processo de miscigenação passa pelo ventre das mulheres indígenas, nos leva a refletir que falar de violência de gênero, a partir destes corpos, significa primeiramente falar de maternidade e das demais especificidades que a ela se alinham.

O desafio de nascer menina começa cedo para as mulheres dos povos originários. Com avós, mães e tias aprendem quase sempre tradições passadas em suas culturas milenares. Como a mãe terra, possuem o grande dom de trazer ao mundo outras vidas. (TUPINAMBÁ & TAPAJOWARA, 2019)

A maternidade das mulheres que sofreram com o processo de colonização nas Américas foi marcada pela invasividade de uma especulação econômica do corpo. Parir, para as mulheres “indígenas” sob o domínio colonial, significava contribuir compulsoriamente

⁷ BELTRÃO T. & ZANETTI V. O descobrimento do Brasil nos livros didáticos (1970 - 90). X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2006.

⁸ POTIGUARA, Eliane. Participação dos povos indígenas na Conferência em Durban. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 10, n. 01, jun. 2002.

com um projeto de apagamento de suas identidades frente a dominação e expropriação simbólica, física e cultural de seus povos e territorialidades. Por isso, o tema da miscigenação (FREYRE, 2005), que passa inevitavelmente por pensar essas corporiedades colonizadas, é um ponto central para se pensar a constituição da realidade brasileira atual. Temas como natalidade, aborto, parto e contracepção divergem entre mulheres indígenas e não indígenas, devido especialmente a maneira com que sua cultura influencia em suas formas de cosmo-visualizar o mundo, seus corpos e relações de alteridade. Ainda assim as políticas estatais de saúde, baseadas grande parte no ideário da medicina ocidentalista não consideram essas diferenças.

Compreendendo o gênero como performatividade (BUTLER, 2013), ou seja, como uma “repetição de atos estilizados que tem como efeito a construção de uma ilusão de identidade estruturada na unidade e na universalidade” (PEREIRA, 2016), as *Teorias Queer* questionam o porquê de ainda fazermos coalizões com políticas identitárias, visto que, essas identidades foram forjadas, em grande parte por projetos de poder que homogeneizaram, categorizaram e hierarquizaram sujeitos e sujeitas no interior de estruturas altamente reguladoras.

Contudo, ao passo que se compreende que esse demarcador materializa violências em determinados corpos são necessárias estratégias que o interpelem. Quando a ativista negra, advogada e Prof.^a Dr.^a Kimberlé Williams Crenshaw, cunhou, nos anos 80 a chamada *teoria interseccional*, atentava para uma política feminista que considerava que outros eixos formadores da identidade eram determinantes para se pensar a experiência de mulheres racializadas e pobres. A riqueza dessa perspectivação da prática e teoria feminista se deu ao operar que somente debater “gênero” não era suficiente para dar conta de estruturas de opressão que se interseccionalizavam para produzir sofrimento humano.

Apesar de partir dos questionamentos e experiências sociais e intelectuais de mulheres negras (DAVIS, 1981 [2016]), o construto da interseccionalidade (WILLIAMS, 1994⁹) passou a ser produtivo, enquanto metodologia de análise, para outros sujeitos que, se veem categorizados e invadidos por opressões que exercem simultaneamente, sobre seus corpos, poderes historicamente violentos, como é o caso das mulheres indígenas.

⁹ WILLIAMS, K. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color". In: Martha Albertson Fineman, Rixanne Mykitiuk, Eds. *The Public Nature of Private Violence*. New York: Routledge, 1994. p. 93-118.

O “mito da parideira” em um relato de parto na Amazônia Oriental

Cheguei a comunidade às 9h da manhã como já negociado antes via telefone. Como somos conhecidas e eu já havia previamente combinado no que consistiria nosso encontro, minha interlocutora já estava me aguardando debaixo do jambeiro quando cheguei. Nos cumprimentamos, ela me ofereceu água e disse “só não vou poder me demorar porque hoje ainda tem mariscagem¹⁰”, indexalizando que a entrevista não poderia demorar. Como ela já tinha presenciado outras entrevistas que fiz com outras mulheres da mesma localidade, perguntou se eu iria gravar. Disse que só se ela sentisse confortável e ela retrucou: “pavulagi, pode ligar o negócio (gravador do celular). E então iniciou seu relato.

Excerto 1: Bora que vai nascer

1. Então tá vamos lá. Era pra ter sido o dia mais feliz da minha vida, ia me fazer mulher, primeiro filho né. Mas eu não sei se posso dizer isso.
2. Eu entrei em trabalho de parto era umas 15h da tarde, nem teve aviso nem nada. Sabe aquelas dor de aviso? Nem teve. Mas eu sabia que era a hora, já participei de muitos parto aqui, mesmo nova, eu sabia o que acontecia. Daí não tive dúvida nenhuma nenhuma.
3. Ai falei pra minha vó “bora que vai nascer”. As coisas já estava arrumada, a gente pegou o mototáxi e foi. Nisso tava leve ainda as dores, só sentia aquelas pontada por trás assim na coluna. Minha vó gritou o (nome do moto táxi) mais o irmão dele e eu subi na moto com barrigão mesmo que era perto né o ponto. Inda fiquei uns 10 minutos na pista. A gente pegou o ônibus e foi pro (nome do hospital), passava bem na porta.

A romantização da maternidade é um discurso que comparece através da história como uma celebração ao corpo feminino natural (KITZINGER, 1978) que desde pequeno já vai sendo preparado culturalmente para o ápice de sua realização: o tornar-se mãe. As políticas de natalidade que homogeneizam a reprodução da força de trabalho como a tarefa feminina por excelência (FEDERICI, 2017), impulsionaram a construção de paradigmas como os apontados pelas ordens indexicais “instinto materno” ou “amor materno”. As ordens indexicais, nesse sentido, compreendem um construto teórico que “indica como nossas performances discursivas locais na enunciação sinalizam Discursos construídos social, histórica e coletivamente que permeiam o mundo social” (MELO & MOITA LOPES, 2014, P.660).

Desde a o início da implantação do projeto capitalista no século XVI (FEDERICI, 2017), passando pela “crescente ideologia da feminilidade do século XIX (DAVIS, 1981[2016] p.18), os discursos apontavam para um ideal de “realização feminina através da

¹⁰ A catação do sarnambi, marisco que dá nome a comunidade, ainda é a atividade econômica principal dos remanescentes Anambé nesta região, depois dela, a pesca e Bolsa Família são o que compõem a sua subsistência.

maternidade”, na verdade impulsionavam uma política onde “reproduzir” era um trabalho importante (e não remunerado) dentro de uma ordem política que necessitava de mais mão de obra, fosse assalariada, fosse escrava.

Na linha 1 deste excerto, a ordem indexical de “realização feminina através da maternidade” é apontada pela frase *Era pra ter sido o dia mais feliz da minha vida, ia me fazer mulher* por Jacy-ta-tã. Apesar de para as comunidades originárias a compreensão da reprodução contenha diferenças cosmológicas das envolvidas num contexto ocidentalista (MOLITERNO *et al.*, 2013), o que pode supor que para as mulheres indígenas se realizar através do parir tenha provido de outra fonte cultural, o projeto colonial, ao apagar ou silenciar as particularidades cosmopolíticas desses povos, aproximou e chocou, dentro da sociedade colonizada (FANON, 2005) os motivos sob os quais foram construídos a cultura do “tornar-se mãe” como altamente positiva, negligenciando os construtos culturais ameríndios acerca do tema.

Outro fator que remonta à época advento do capitalismo era a remoção de um ideal de coletividade, perigoso para um projeto que via na propriedade privada uma aposta de organização social. Dessa forma, substituir o trabalho e vivência coletiva, confinando a mulher ao contexto doméstico, parindo e cuidando das crianças enquanto o homem trabalhava fora era um ideal que precisava ser implementado (FEDERICI, 2017, p. 45). Quatro séculos mais tarde, sob a luz desse exercício de isolamento, eventos coletivos de mulheres como o parto, passaram a mão de uma outra ordem cultural, o da autoridade médica. Segundo aponta Palharini (2018).

No final do século XIX, o parto hospitalar começou a se consolidar como prática dominante. No Brasil, a criação de maternidades data do início do século XX, quando as reformas sanitárias se tornaram mais intensas e a medicalização do parto foi vista como uma das estratégias de civilização da população. (p.1040)

Essa transição é entextualizada na progressão da fala “*Mas eu sabia que era a hora*”, “*já participei de muitos parto aqui*” “*mesmo nova, eu sabia o que acontecia*”, “*Daí não tive dívida nenhuma nenhuma*”, “*Ai falei pra minha vó “bora que vai nascer”*” onde Jacy-ta-tã apesar de recuperar momentos em que o parto era realizado na própria comunidade, onde aprendeu de forma coletiva no que consistia a sua dinâmica, saíria dali para dar à luz em uma instalação hospitalar, como narra nos próximos excertos.

Excerto 2: (Des)acohimento

4. Chegando lá já não gostei que fiquei um tempão na recepção até preencherem um monte de papel, disseram pra minha vó que ela não ia poder entrar porque a identidade tava feia, não dava pra ver a foto dela. Mas ai depois deixaram.
5. Fiquei na fila, sendo que nessa hora já tava me vendo de dor. Até que uma enfermeira veio e perguntou se tava tudo bem se eu era daqui da comunidade. Eu falei olha tô parindo né e ri, mas ela me olhou foi estranho e me levou pra examinar
6. Eu tava acostumada com a doutora (nome da médica) do postinho (do Programa Saúde da Família). Ela era ó, demais. Mas la no (nome do hospital) eu não conheci ninguém, nem as pessoas que passava.
7. Minha vó ficou na recepção e eu fui pra uma sala de exame que tinha um médico velho, um homem, ele mandou tirar a roupa, fiquei morrendo de vergonha. Trouxeram outra de hospital e eu vesti. Ele disse que eu tava acostumada a ficar pelada porque eu era índia e perguntou porque eu tava com cara de vergonha, que nem parecia índia. Aqui as vez a gente fica com os peito de fora e tomam um banho assim né, mas aqui todo mundo é conhecido, parente. Aí tá nisso ele botou o dedo assim fundo na minha... assim dentro de mim, nas minhas parte e disse que eu tava com 1 centímetro só e que teria que esperar. Ai que começou minha saga...

A produção de significados para o momento do parto é mediada pela experiénciação de cada cultura (MOLITERNO *et al.*, 2013¹¹), deste modo, a parturiente Jacy-ta-tã é submetida a uma organização institucional que muito difere da sua experiéncia na comunidade onde cresceu. A espera na recepção, leitura documental da vó e entrada em uma fila, apontam para uma organização burocrática do espaço hospitalar, apesar da condição física de dor a que ela se encontrava. Esse (des)encontro, entre os modos de vida dos povos originários e as práticas de poder diluídas nos *modi operandi* institucionais acabam protagonizando cenas em que, assim como na época do “descobrimento”, o sujeito, ou ainda corpo alvo do poder (FOUCAULT, 1987), será submetido a uma trajetória de subalternidade e apagamento subjetivo no momento em que é localizado e interpretado como inferior dentro de uma hierarquia. A enfermeira pergunta a parturiente se ela *era daqui da comunidade*, em uma tentativa de localiza-la em um dado espaço, onde, como se poderá ver nos próximos excertos, ela será lida segundo sua condição étnica.

Um ponto importante, citado por Jacy-ta-tã na linha 6, se deve a maneira com que a trajetória da gestante é planejada no Sistema Único de Saúde (COSTA, 2005¹²), onde ela faz o pré-natal durante toda gestação com uma equipe de profissionais do PSF, que dispõem de todas as suas características físicas, exames, evolução gravídica etc., mas que no momento de parir, ela é direcionada a uma instituição completamente estranha, onde não conhece a equipe nem dispõe de um prontuário e onde sua condição de saúde está resumida as anotações de sua Caderneta da Gestante, muitas vezes nem consultada.

¹¹ MOLITERNO, A. et al. Processo de gestar e parir entre as mulheres kaingang. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2013 Abr-Jun; 22(2): 293-301.

¹² COSTA, A. Atendimento a gestantes no Sistema Único de Saúde. *Rev Saúde Pública* v. 39 n. 5, 2005.

Outras especificidades relatadas por Jacy-ta-tã, ainda nesse excerto, demonstram certos incômodos e disparidades geradas pelo contato entre ela e equipe médica. Primeiro a presença do ‘masculino’ no momento do parto, sinalizado pela frase *tinha um médico velho* acrescentado da ênfase *um homem*, o que difere do parto em sua comunidade, um evento ‘feminino’. Depois a entextualização de um discurso estereotipado da estética do ser indígena, o da nudez, é recuperado pelo médico através da frase *Ele disse que eu tava acostumada a ficar pelada porque eu era índia*.

Refletindo através da ótica das Teorias Queer (SALIH, 2015; MISKOLCI, 2009) neste caso, a fixação de uma identidade atribuí ao sujeito uma condição estética, fenotípica e modo de ser limitado e estável, fora dessas delimitações a sua identidade é então questionada como expressa na frase *nem parecia índia*. Contudo essas identidades fixadas não dão conta da diversidade com que determinados sujeitos ao repetir práticas ao longo da história de seus povos, também alteram ou reconfiguram certos estatutos, como no exemplo do excerto acima, Jacy-ta-tã critica *as vez a gente fica com os peito de fora e tomam um banho assim né, mas aqui todo mundo é conhecido, parente*, ou seja, a ideia de que a nudez faz parte de um modo de vida indígena, é preservada pela comunidade, mas não sob todas as circunstâncias, como o médico através de um discurso estereotipado supõe.

Excerto 3: Nem parece índia

8. Um das duas horas depois eu já tava nas últimas e pedi pra enfermeira me ver uma água. Ela foi e trouxe o velho. Aí de novo ele veio e colocou o dedo em mim e disse “ta com 3 só” aí eu perguntei 3 o que? E ele disse “te acalma, tu não é la da praia? As mulher lá pare igual troca de roupa” “né dona?” olhando pra minha vó que tinha entrado assim na sala.

9. “Vamo esperar mais que vai dilatar já já”. Nessa época eu nem sabia o que era isso, “dilatar”. Minha vó que explicou: “é a passagem”

10. Deu uma hora depois disso começou a vir forte as dores e eu comecei a gemer no quarto, gritar. A enfermeira veio e disse “que isso?! Nem parece que é índia rapaz”. Todo mundo riu. Eu disse “moça não tô mais aguentando”, sentia que eu ia desmaiar.

11. Dessa vez ela que colocou o dedo em mim, nunca vi isso de ficarem botando o dedo dentro da mulher. Aí ela chamou o médico ele veio e colocou de novo os dedo em mim com muita força, saiu a luva dele só sangue, chega vi estrela

12. Não falou nada e depois a enfermeira apareceu com soro e colocou em mim. Quando entrou aquele soro nas minhas veia eu já senti que ia parir naquela hora mesmo. As dores ficaram horríveis, horrível, sentia que ia morrer

O que eu chamo aqui de “mito da parideira”¹³ consiste na entextualização de um discurso do Brasil colonial onde mulheres indígenas tinham muitos filhos de homens não-indígenas, pois era estratégico naquele momento da história, que estas terras fossem

¹³ Também estendido as mulheres negras no período da escravatura quando, engravidar significava produzir mais escravos e riqueza ao senhor.

repovoadas por identidades fragmentadas, que não teriam unicidade e dessa forma suas potências de resistência seriam aos poucos, destituída. E diante desse processo que se romantizou através dos séculos chamar “miscigenação”, o discurso que esses corpos são de “parto fácil” viajou até a contemporaneidade.

A materialização desse mito é feita através da falta de humanização no atendimento de Jacy-ta-tã submetendo-a a práticas de violência obstétrica, que consistem, por exemplo, no “(...) uso excessivo de medicamentos e intervenções no parto, assim como a realização de práticas consideradas desagradáveis e muitas vezes dolorosas, não baseadas em evidências científicas (ZANARDO et al., 2017).

Na linha 11, através do índice *colocar o dedo em mim* Jacy-ta-tã ilustra a ação de um procedimento chamado popularmente de “toque”, que é realizado no intuito de, ao introduzir os dedos indicador e médio, verificar a estrutura da vagina e do colo do útero, o que gera leve desconforto na parturiente. No caso de Jacy-ta-tã, esse exame foi feito de maneira exageradamente recorrente, desnecessária e dolorosa, ordem indexical apontada pela alegoria *chega vi estrela*.

As frases *As mulher lá pare igual troca de roupa e que isso?! Nem parece que é índia rapaz*, são utilizadas verbalmente para silenciar a expressão corporal de dor em que Jacy-ta-tã se encontrava caracterizando tanto violência obstétrica quanto simbólica. Nessa frase, o médico indexicaliza que ser “indígena” pressupõe um parir fácil. E por último a administração, desnecessária de ocitocina sintética, que “acelera” o parto¹⁴, provocando intensas dores como descrito ao longo da linha 12 sob o signo genérico de ‘soro’.

Excerto 4: Taí, índia acostumada a parir

13. Minha vó passava a mão nas minhas costas e dizia pra eu me acalmar que era assim mesmo. Ela dizia que era pra gente ter ficado em casa. Que ela já fez nascer um monte de criança.
14. Mas eu fiquei com medo né de não ter o papel de nascido e perder o Bolsa Família.
15. Eu não conseguia deitar, estava me contorcendo de dor. Eu andava de um lado pra outro pra ver se me ajudava com a dor. Nisso me acocorei e sozinha com a minha vó no quarto a minha filha nasceu.
16. A menina escorregou de mim. Escorregou na mão dela e ela gritou “acode! acode!”
17. Veio duas enfermeiras correndo, pegaram pano pra segurar a criança. Uma delas me brigou dizendo porque eu não tava deitada na cama, que eu sujei o chão todo.
18. E eu me sentei assim no chão, era muito sangue.
19. O médico chegou e disse “taí, índia acostumada a parir, égua da menina grande, já tem até o buchinho quebrado ó”
20. Nisso eu desmaiei. Acordei horas depois já na cama.

¹⁴ Para o assunto ver NUCCI, M. (Org). Ocitocina sintética e a aceleração do parto: reflexões sobre a síntese e o início do uso da ocitocina em obstetrícia no Brasil. Ocitocina sintética e a aceleração do parto: reflexões sobre a síntese e o início do uso da ocitocina em obstetrícia no Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.25, n.4, out.-dez. 2018, p.979-998.

Neste excerto, apesar de sutil, a presença da vó de Jacy-ta-tã, como quem *já fez nascer um monte de criança* foi completamente invisibilizado enquanto parteira (GUSMAN, 2017¹⁵) apesar de nos protocolos mundiais e nacionais de saúde seja aconselhado o incorporamento dos saberes nativos nas práticas de saúde do SUS (BRASIL, 2002¹⁶).

Uma prática comunitária é novamente confrontada quando o desejo de ter feito o parto em casa, presente na fala da vó de Jacy-ta-tã, não é realizável visto que, se não tivesse um parto hospitalar, segundo ela, não disporia de um documento chamado Declaração do Nascido Vivo¹⁷, que lhe concederia um registro no Programa Bolsa Família. Isso convoca a uma reflexão que evidencia o quanto os demarcadores gênero, etnia e classe se entrecruzaram para dizer sobre a trajetória de Jacy-ta-tã, cuja identidade foi fixada e estereotipada através da História, provocando uma representação superficial de sua existência social que guiou um episódio de violência.

Considerações Finais

Perceber a trajetória dos sujeitos das comunidades originárias em uma sociedade estruturada sobre o paradigma da Modernidade, como o caso aqui investigado, parece supor que o encontro engendrado em 1500, quando um projeto de poder colonial atracou por essas terras, segue acontecendo. Através da repetição de discursos, concepções nascidas à época da invasão do Brasil, conseguem atravessar o tempo e o espaço e se ressignificar na contemporaneidade continuando a incidir negativamente sobre as vidas “indígenas”. Percebendo a linguagem como a arena em que estes tipos de significados sociais são construídos, também é possível percebê-la como um instrumento de desconstrução, conectado uma possibilidade de releitura e (des)aprendizado que considere as identidades indígenas como múltiplas e heterogêneas.

Referências

- AUSTIN, J. *How to do things with words*. Oxford: Claredon Press, 1962.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAUMAN, R. & BRIGGS, C.. *Poetics and Performance as critical perspective on language and social life*. *American of Antropology*, 1990 p.59-88.
- BLOMMAERT, J. *Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

¹⁵ Gusman, Christine Ranier *Parterias indígenas e os objetos do partear: apropriação, usos, sentidos e significados*. / Christine Ranier Gusman. – São Paulo, 2017

¹⁶ BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. *Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas*. 2. ed. Brasília, DF, 2002.

¹⁷ Na verdade, esse documento pode ser emitido em cartório, mesmo no caso de parto domiciliar.

_____. The sociolinguistics of globalization. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BUTLER, J. Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

CLIFFORD, J. On Ethnographic Allegory. In: Writing Culture. The poetics and politics of performative. University of California Press, 1986.

FANON, F. Os condenados da terra. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50. ed. revista. São Paulo: Global, 2005.

KAINGANG, A. Depoimento de uma militante. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. P.410-422.

KAUFMANN, C. L'entretien compréhensive. Paris: Éditions Nathan, 1996.

KITZINGER, S. Mães um estudo antropológico da maternidade. Portugal/Brasil, Presença/Martins Fontes, 1978.

PALHARINI, Luciana Aparecida; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Gênero, história e medicalização do parto: a exposição "Mulheres e práticas de saúde". História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.25, n.4, out.-dez. 2018, p.1039- 1061.

MELO, G. & MOITA LOPES, L. P. Ordens de indexicalidade mobilizadas nas performances discursivas de um garoto de programa: ser negro e homoerótico. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 653-673, set./dez. 2014.

MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, B. F. Viagem textual pelo sul global: ideologias linguísticas queer e metapragmáticas translocais. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 3, p. 759-784, set./dez. 2018.

SACCHI, Â. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. Revista Antropológicas, ano 7, v.14, p.1-2, 2003.

SAMPAIO, P. Silêncios e palavras na rede de significados sobre as mulheres indígenas no Brasil. In: XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015.

SENA FILHO, J. Entextualização, indexicalidade e a produção discursiva do cuidado à saúde sexual lgbti+ no interior da amazônia oriental. Revista de Letras da Universidade do Estado do Pará – UEPA, out-dez 2018.

TUPINAMBÁ, R. & TAPAJOWARA, P. A fetichização é uma das maiores causas da violência sexual contra mulheres indígenas. Usina de Valores, 2019. Disponível em: <https://usinadevalores.org.br/a-fetichizacao-e-uma-das-maiores-causas-da-violencia-sexual-contra-mulheres-indigenas/>

ZANARDO, G. et al. (2017). Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. Psicologia & Sociedade, 29: e155043. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i155043>